

RESUMO
RELATÓRIO ANUAL

2016



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
- DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
- NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Ativo	2016			2015		
	Planos		Consolidado	Planos		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
Disponível	20	105	125	17	190	207
Realizável	242.534	2.311.790	2.554.324	235.140	2.053.357	2.288.497
Gestão Previdencial	-	-	-	-	-	-
Gestão Administrativa	165	136	301	154	137	291
Investimentos	242.369	2.311.654	2.554.023	234.986	2.053.220	2.288.206
Créditos Privados e Depósitos (Nota 5 b III)	416	78.377	78.793	511	65.034	65.545
Fundos de Investimento (Nota 5 b III)	237.438	2.227.548	2.464.986	230.291	1.982.135	2.212.426
Empréstimos e Financiamentos (Nota 5 b III)	-	5.729	5.729	-	6.051	6.051
Depósitos Judiciais/Recursais (Nota 5 c)	4.515	-	4.515	4.184	-	4.184
Permanente	-	23	23	-	33	33
Imobilizado	-	19	19	-	28	28
Intangível	-	4	4	-	5	5
TOTAL DO ATIVO	242.554	2.311.918	2.554.472	235.157	2.053.580	2.288.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Em milhares de reais

Passivo	2016			2015		
	Planos		Consolidado	Planos		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
Exigível Operacional (Nota 6)	784	1.712	2.496	780	1.507	2.287
Gestão Previdencial	430	785	1.215	452	570	1.022
Gestão Administrativa	190	788	978	176	797	973
Investimentos	164	139	303	152	140	292
Exigível Contingencial	4.017	-	4.017	3.637	-	3.637
Investimentos (Nota 7 a)	4.017	-	4.017	3.637	-	3.637
Patrimônio Social	237.753	2.310.206	2.547.959	230.740	2.052.073	2.282.813
Patrimônio de Cobertura do Plano	204.998	1.631.162	1.836.160	205.779	1.463.870	1.669.649
Provisões Matemáticas (Nota 8 b)	167.237	1.631.162	1.798.399	153.785	1.463.870	1.617.655
Benefícios Concedidos	145.557	344.225	489.782	134.338	270.525	404.863
Benefícios a Conceder	21.680	1.286.937	1.308.617	19.447	1.193.345	1.212.792
Equilíbrio Técnico	37.761	-	37.761	51.994	-	51.994
Resultados Realizados	37.761	-	37.761	51.994	-	51.994
Superávit Técnico Acumulado (Nota 9)	37.761	-	37.761	51.994	-	51.994
Reserva de Contingência	32.327	-	32.327	30.296	-	30.296
Reserva Especial	5.434	-	5.434	21.698	-	21.698
Fundos (Nota 10)	32.755	679.044	711.799	24.961	588.203	613.164
Fundos Previdenciais	32.567	676.710	709.277	24.803	585.878	610.681
Fundos Administrativos	188	2.334	2.522	158	2.325	2.483
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO SOCIAL	242.554	2.311.918	2.554.472	235.157	2.053.580	2.288.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - CONSOLIDADO

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.282.813	2.114.821	7,9%
1. Adições	391.399	306.354	27,8%
(+) Contribuições Previdenciais	15.833	14.137	12,0%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	370.324	287.290	28,9%
(+) Receitas Administrativas	4.775	4.520	5,6%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	467	407	14,7%
2. Destinações	(126.253)	(138.362)	-8,8%
(-) Benefícios	(98.378)	(118.345)	-16,9%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(22.672)	(15.291)	48,3%
(-) Despesas Administrativas	(5.172)	(4.708)	9,9%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(31)	(18)	72,2%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	265.146	167.992	57,8%
(+/-) Provisões Matemáticas	180.744	119.264	51,5%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(14.233)	(132)	10682,6%
(+/-) Fundos Previdenciais	98.596	48.659	102,6%
(+/-) Fundos Administrativos	39	201	-80,6%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.547.959	2.282.813	11,6%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - PLANO BD

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	230.740	246.540	-6,4%
1. Adições	45.906	42.620	7,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.355	42.068	7,8%
(+) Receitas Administrativas	521	529	-1,5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	30	23	30,4%
2. Destinações	(38.893)	(58.420)	-33,4%
(-) Benefícios	(24.625)	(48.827)	-49,6%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(13.747)	(9.064)	151,7%
(-) Despesas Administrativas	(521)	(529)	-1,5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	7.013	(15.800)	-144,4%
(+/-) Provisões Matemáticas	13.452	5.684	136,7%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(14.233)	(132)	10682,6%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.764	(21.375)	-136,3%
(+/-) Fundos Administrativos	30	23	30,4%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	237.753	230.740	3,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - PLANO PAI

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.052.073	1.868.281	9,8%
1. Adições	345.493	263.734	31,0%
(+) Contribuições Previdenciais	15.833	14.137	12,0%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	324.969	245.222	32,5%
(+) Receitas Administrativas	4.254	3.991	6,6%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	437	384	13,8%
2. Destinações	(87.360)	(79.942)	9,3%
(-) Benefícios	(73.753)	(69.518)	6,1%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(8.925)	(6.227)	43,3%
(-) Despesas Administrativas	(4.651)	(4.179)	11,3%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(31)	(18)	72,2%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	258.133	183.792	40,4%
(+/-) Provisões Matemáticas	167.292	113.580	47,3%
(+/-) Fundos Previdenciais	90.832	70.034	29,7%
(+/-) Fundos Administrativos	9	178	-94,9%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.310.206	2.052.073	12,6%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - CONSOLIDADO

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.483	2.282	8,81%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.242	4.927	6,40%
1.1. Receitas	5.242	4.927	6,40%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.401	2.334	2,87%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.351	2.163	8,69%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	21	23	-8,70%
Receitas Diretas	2	-	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	467	407	14,74%
2. Despesas Administrativas	5.172	4.708	9,86%
2.1. Administração Previdencial	3.170	2.937	7,93%
Pessoal e Encargos	1.349	1.230	9,67%
Treinamentos/Congressos e Seminários	31	39	-20,51%
Viagens e Estadias	-	1	-100,00%
Serviços de Terceiros	609	742	-17,92%
Despesas Gerais	674	521	29,37%
Depreciações e Amortizações	10	10	0,00%
Tributos	258	250	3,20%
Outras Despesas	239	144	65,97%





Descrição	2016	2015	Variação (%)
2.2. Administração dos Investimentos	2.002	1.771	13,04%
Pessoal e Encargos	895	768	16,54%
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	25	-16,00%
Viagens e Estadias	2	-	0,00%
Serviços de Terceiros	321	340	-5,59%
Despesas Gerais	763	637	19,78%
Outras Despesas	-	1	-100,00%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(31)	(18)	72,22%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	39	201	-80,35%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	39	201	-80,35%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.522	2.483	1,59%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	158	135	17,0%
1. Custeio da Gestão Administrativa	551	552	-0,18%
1.1. Receitas	551	552	-0,18%
Custeio Administrativo dos Investimentos	521	529	-1,51%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	30	23	30,43%
2. Despesas Administrativas	521	529	-1,51%
2.1. Administração Previdencial	349	391	-10,74%
2.1.1. Despesas Comuns	323	340	-5,00%
2.1.2. Despesas Específicas	26	51	-49,02%
Despesas Gerais	-	2	-100,00%
Tributos	26	26	0,00%
Outras Despesas	-	23	-100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	172	138	24,64%
2.2.1. Despesas Comuns	126	95	32,63%
2.2.2. Despesas Específicas	46	43	6,98%
Serviços de Terceiros	-	1	-100,00%
Despesas Gerais	46	42	9,52%
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2)	30	23	30,43%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	30	23	30,43%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	188	158	18,99%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.325	2.147	8,29%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.691	4.375	7,22%
1.1. Receitas	4.691	4.375	7,22%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.401	2.334	2,87%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.830	1.634	12,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	21	23	-8,70%
Receitas Diretas	2	-	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	437	384	13,80%
2. Despesas Administrativas	4.651	4.179	11,29%
2.1. Administração Previdencial	2.821	2.546	10,80%
2.1.1. Despesas Comuns	2.458	2.171	13,22%
2.1.2. Despesas Específicas	363	375	-3,20%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	1	-100,00%
Despesas Gerais	121	20	505,00%
Depreciações e Amortizações	10	10	0,00%
Tributos	232	224	3,57%
Outras Despesas	-	120	-100,00%





Descrição	2016	2015	Variação (%)
2.2. Administração dos Investimentos	1.830	1.633	12,06%
2.2.1. Despesas Comuns	1.401	1.292	8,44%
2.2.2. Despesas Específicas	429	341	25,81%
Serviços de Terceiros	-	8	-100,00%
Despesas Gerais	429	333	28,83%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(31)	(18)	72,22%
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	9	178	-94,94%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	9	178	-94,94%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.334	2.325	0,39%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	242.554	235.157	3,15%
Disponível	20	17	17,65%
Recebível	165	154	6,92%
Investimento	242.369	234.986	3,14%
Créditos Privados e Depósitos	416	511	-18,59%
Fundos de Investimento	237.438	230.291	3,10%
Depósitos Judiciais / Recursais	4.515	4.184	7,91%
2. Obrigações	4.801	4.417	8,69%
Operacional	784	780	0,51%
Contingencial	4.017	3.637	10,45%
3. Fundos não Previdenciais	188	158	18,99%
Fundos Administrativos	188	158	18,99%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	237.565	230.582	3,03%
Provisões Matemáticas	167.237	153.785	8,75%
Superávit Técnico	37.761	51.994	-27,37%
Fundos Previdenciais	32.567	24.803	31,30%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	37.761	51.994	-27,37%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	37.761	51.994	-27,37%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	2.311.918	2.053.580	12,58%
<i>Disponível</i>	105	190	-44,74%
<i>Recebível</i>	136	137	-0,73%
<i>Investimento</i>	2.311.654	2.053.220	12,59%
Créditos Privados e Depósitos	78.377	65.034	20,52%
Fundos de Investimento	2.227.548	1.982.135	12,38%
Empréstimos e Financiamentos	5.729	6.051	-5,32%
<i>Permanente</i>	23	33	-30,30%
2. Obrigações	1.712	1.507	13,60%
Operacional	1.712	1.507	13,60%
3. Fundos não Previdenciais	2.334	2.325	0,39%
Fundos Administrativos	2.334	2.325	0,39%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.307.872	2.049.748	12,59%
Provisões Matemáticas	1.631.162	1.463.870	11,43%
Fundos Previdenciais	676.710	585.878	15,50%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.280.330	2.112.539	7,9%
1. Adições	388.558	303.761	27,9%
(+) Contribuições	18.234	16.471	10,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	370.324	287.290	28,9%
2. Destinações	(123.451)	(135.970)	-9,2%
(-) Benefícios	(98.378)	(118.345)	-16,9%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(22.672)	(15.291)	48,3%
(-) Custeio Administrativo	(2.401)	(2.334)	2,9%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	265.107	167.791	58,0%
(+/-) Provisões Matemáticas	180.744	119.264	51,5%
(+/-) Fundos Previdenciais	98.596	48.659	102,6%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(14.233)	(132)	10682,6%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.545.437	2.280.330	11,6%
C) Fundos não Previdenciais	2.522	2.483	1,6%
(+/-) Fundos Administrativos	2.522	2.483	1,6%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	230.582	246.405	-6,4%
1. Adições	45.355	42.068	7,8%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.355	42.068	7,8%
2. Destinações	(38.372)	(57.891)	-33,7%
(-) Benefícios	(24.625)	(48.827)	-49,6%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(13.747)	(9.064)	51,7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.983	(15.823)	-144,1%
(+/-) Provisões Matemáticas	13.452	5.684	136,7%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.764	(21.375)	-136,3%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(14.233)	(132)	10682,6%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	237.565	230.582	3,0%
C) Fundos não Previdenciais	188	158	19,0%
(+/-) Fundos Administrativos	188	158	19,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.049.748	1.866.134	9,8%
1. Adições	343.203	261.693	31,1%
(+) Contribuições	18.234	16.471	10,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	324.969	245.222	32,5%
2. Destinações	(85.079)	(78.079)	9,0%
(-) Benefícios	(73.753)	(69.518)	6,1%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(8.925)	(6.227)	43,3%
(-) Custeio Administrativo	(2.401)	(2.334)	2,9%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	258.124	183.614	40,6%
(+/-) Provisões Matemáticas	167.292	113.580	47,3%
(+/-) Fundos Previdenciais	90.832	70.034	29,7%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.307.872	2.049.748	12,6%
C) Fundos não Previdenciais	2.334	2.325	0,4%
(+/-) Fundos Administrativos	2.334	2.325	0,4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	242.176	234.823	3,1%
1. Provisões Matemáticas	167.237	153.785	8,7%
1.1. Benefícios Concedidos	145.557	134.338	8,4%
Benefício Definido	145.557	134.338	8,4%
1.2. Benefício a Conceder	21.680	19.447	11,5%
Benefício Definido	21.680	19.447	11,5%
2. Equilíbrio Técnico	37.761	51.994	-27,4%
2.1. Resultados Realizados	37.761	51.994	-27,4%
Superávit Técnico Acumulado	37.761	51.994	-27,4%
Reserva de Contingência	32.327	30.296	6,7%
Reserva para Revisão de Plano	5.434	21.698	-75,0%
3. Fundos	32.567	24.803	31,3%
3.1. Fundos Previdenciais	32.567	24.803	31,3%
4. Exigível Operacional	594	604	-1,7%
4.1. Gestão Previdencial	430	452	-4,9%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	164	152	7,9%
5. Exigível Contingencial	4.017	3.637	10,4%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.017	3.637	10,4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Descrição	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.308.796	2.050.458	12,6%
1. Provisões Matemáticas	1.631.162	1.463.870	11,4%
1.1. Benefícios Concedidos	344.225	270.525	27,2%
Contribuição Definida	344.225	270.525	27,2%
1.2. Benefício a Conceder	1.286.937	1.193.345	7,8%
Contribuição Definida	1.286.937	1.193.345	7,8%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	769.873	722.226	6,6%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	517.064	471.119	9,8%
3. Fundos	676.710	585.878	15,5%
3.1. Fundos Previdenciais	676.710	585.878	15,5%
4. Exigível Operacional	924	710	30,1%
4.1. Gestão Previdencial	785	570	37,7%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	139	140	-0,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. Constituição

A Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com sede na Av. Paulista, 1.938, 17º andar, Bela Vista, São Paulo, autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência Social pela Portaria nº 1.618, de 16 de novembro de 1994 com a denominação Aricanduva Previdência S/C, cuja razão social foi alterada para Fundação Itaúsa Industrial, conforme a Portaria da Secretaria de Previdência Complementar nº 862, de 18 de maio de 2001, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas nos dias 24 e 30 de março de 2017, respectivamente.

b. Finalidade

A Fundação tem como objetivo a instituição, administração e execução de Planos de benefícios de caráter previdenciário nas formas disciplinadas em seu Estatuto Social, Regulamentos dos Planos de benefícios e legislação vigente.





Os recursos para custeio dos Planos de benefícios atualmente em vigor, Plano de Benefício Definido (Plano BD) e Plano de Benefícios de Contribuição Definida (“Plano PAI”), provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos das aplicações dessas contribuições nos ativos autorizados pelo órgão governamental competente.

O Plano BD, do tipo benefício definido, é um Plano em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes e tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia, destina-se a complementar, nos termos de seu respectivo Regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social.

O Plano PAI, do tipo contribuição definida, tem por finalidade a concessão de benefício de caráter previdenciário na forma de renda mensal por tempo determinado, independente da concessão do benefício de aposentadoria pela Previdência Social, sendo que a renda mensal dos benefícios concedidos é apurada na data de concessão do benefício, com base no saldo de conta total, conforme Regulamento do Plano, que é formado por contribuições do próprio participante, da patrocinadora à qual estiver vinculado e pelos rendimentos das aplicações financeiras, motivo pelo qual este tipo de Plano não apresenta risco atuarial.

c. Patrocinadoras

São entendidas como patrocinadoras as sociedades que celebrem Convênio de Adesão com o Plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2016 os Planos de benefícios administrados pela Fundação possuíam as seguintes patrocinadoras:

Plano BD - CNPB 1979.0037.18		Plano PAI - CNPB 2001.0017.38	
Duratex S.A.	Itautec S.A.	Duratex S.A.	Hydra Corona Sist. de Aquec. de Água Ltda.
Duratex Empreendimentos Ltda.	Itautec.Com Serviços S.A.	Duratex Empreendimentos Ltda.	Itaúsa Empreendimentos S.A.
Duratex Florestal Ltda.	Itautec Locação e Com. de Equipamentos S.A.	Duratex Florestal Ltda.	Itautec S.A.
Fundação Itaúsa Industrial		Elekeiroz S.A.	Itautec.Com Serviços S.A.
Itaúsa Empreendimentos S.A.		Fundação Itaúsa Industrial	Itautec Locação e Com. de Equipamentos S.A.





d. Participantes

Os participantes são todos os funcionários, administradores, ex-funcionários e ex-administradores de suas patrocinadoras que fizeram a opção aos Planos de benefícios oferecidos.

Abaixo demonstramos a posição de participantes e assistidos por patrocinadora e Planos de benefícios:

Patrocinadoras	2016			2015		
	Planos		Total	Planos		Total
	BD	PAI		BD	PAI	
Ativos	33	5.497	5.530	44	5.702	5.746
Duratex S.A. e Controladas	32	5.068	5.100	43	5.200	5.243
Elekeiroz S.A.	-	353	353	-	422	422
Fundação Itaúsa Industrial	-	10	10	-	10	10
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	42	42	-	31	31
Itautec S.A. e Controladas	1	24	25	1	39	40
Assistidos	498	544	1.042	510	457	967
Duratex S.A. e Controladas	434	377	811	446	322	768
Elekeiroz S.A.	-	11	11	-	10	10
Itaúsa Empreendimentos S.A.	5	3	8	5	2	7
Itautec S.A. e Controladas	59	153	212	59	123	182
Vinculados	66	2.899	2.965	65	3.197	3.262
Duratex S.A. e Controladas	36	862	898	32	1.023	1.055
Elekeiroz S.A.	-	81	81	-	35	35
Fundação Itaúsa Industrial	-	5	5	-	4	4
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	13	13	-	10	10
Itautec S.A. e Controladas	30	1.938	1.968	33	2.125	2.158
TOTAL	597	8.940	9.537	619	9.356	9.975



NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução Previc/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, Resolução CNPC nº 12, de 30 de agosto de 2013, que altera a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com os itens 60 - 65 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma segregada por Plano de Benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do Plano de benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de benefícios.
- Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de benefícios.





NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a. Ativo Realizável

- ☑ **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o Plano de custeio.
- ☑ **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- ☑ **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- a) **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.
- b) **Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, e as variações estão sendo reconhecidas no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.





II. Empréstimos

Os empréstimos aos participantes ativos são remunerados pelo índice de referência ou meta atuarial do Plano de benefícios, acrescidos de juros de 1,15% a.a. e taxa de administração de 0,35% a.a.

A Provisão de Direitos Creditórios de Líquidação Duvidosa (PDD) é constituída, se necessária, com base na avaliação do risco de crédito efetuada pela Entidade e por consulta aos assessores jurídicos.

b. Ativo Permanente

É composto por Ativos Imobilizado e Intangível, sendo o imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, e o Intangível demonstrado ao custo de aquisição e amortização por tempo determinado, ambos tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

- ☑ 10% a.a. para móveis e utensílios;
- ☑ 20% a.a. para equipamentos de informática;
- ☑ 60 meses para ativo intangível.

c. Exigível Operacional

São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos. Essas obrigações são segregadas por Gestão Previdencial, Administrativa e Investimentos.

d. Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para Líquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.





e. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e contribuições administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos Planos.

f. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

São escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, as bonificações e os juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g. Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos Planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de Planos de benefícios de Entidade de previdência complementar.

h. PIS/COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).





NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais são contabilizadas na Gestão Administrativa - Administração Previdencial e, considerando que a Fundação administra dois Planos de benefícios, os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada Plano e custeados através de contribuições dos Participantes e Patrocinadoras (Plano PAI) e por transferência de rentabilidade dos Investimentos (Plano BD), conforme Planejamento Orçamentário e de Custeio Administrativo da Fundação, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também especifica que parte das despesas administrativas previdenciais será rateada para as despesas da administração de investimentos, de acordo com o seguinte critério:

Despesas Administrativas	% Alocação entre Gestões	Critério de Rateio entre Planos
1. Administração Previdencial		
1.1. Despesas Comuns	60%	Número de Participantes
1.2. Despesas Específicas		Não há Rateio
2. Administração dos Investimentos		
2.1. Despesas Comuns	40%	Patrimônio do Plano
2.1. Despesas Específicas		Não há Rateio

As despesas administrativas que forem específicas não sofrem rateio, sendo o seu valor total contabilizado na gestão a que se refere essa despesa (Previdencial ou Investimento).

As despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa - Administração dos Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados em função do patrimônio de cada Plano.

A Entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de contribuições específicas e receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.





NOTA 5 - INVESTIMENTOS

a. Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A gestão dos investimentos dos Planos e do PGA será realizada por meio da Segregação Real dos Ativos.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA:

Descrição	2016			2015		
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	Plano BD	Plano PAI	TOTAL
Créditos Privados e Depósitos	416	78.377	78.793	511	65.034	65.545
Fundos de Investimento	237.438	2.227.548	2.464.986	230.291	1.982.135	2.212.426
Empréstimos e Financiamentos	-	5.729	5.729	-	6.051	6.051
Depósitos Judiciais/Recurais	4.515	-	4.515	4.184	-	4.184
TOTAL	242.369	2.311.654	2.554.023	234.986	2.053.220	2.288.206

b. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, possuindo o Itaú Unibanco e outras Instituições Financeiras como agentes de custódia, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, tipo de carteira e segmento dos Títulos e Valores.



I. Títulos para negociação

Estão registrados a valor de mercado, em consonância com os limites e riscos estabelecidos na Política de Investimentos da Entidade.

Plano BD	2016		2015		
	Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	Debêntures não Conversíveis	416	416	284	284
	Debêntures Conversíveis em Ações	-	-	227	227
	Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	78.358	78.358	82.670	82.670
	Fundos de Investimentos Financeiros Abertos	3.687	3.687		
TOTAL		82.462	82.462	83.181	83.181

Plano PAI	2016		2015		
	Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	Debêntures Conversíveis em Ações	-	-	1.092	1.092
	Letras Financeiras	78.377	78.377	63.942	63.942
	Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	2.114.604	2.114.604	1.944.112	1.944.112
	Fundos Abertos RF	52.957	52.957		
	Fundos de Investimentos Estruturados	7.003	7.003		
	Fundos de Investimentos em Ações	52.984	52.984	38.023	38.023
TOTAL		2.305.925	2.305.925	2.047.169	2.047.169

Os títulos classificados como 'para negociação' estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco e o indexador.



II. Títulos mantidos até o vencimento

A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os seguintes títulos:

Plano BD	Descrição	2016		2015	
		Custo	Mercado	Custo	Mercado
	Fundos de Investimentos Financeiros	155.392	153.215	147.621	129.497
	<i>NTN-B</i>	<i>140.064</i>	<i>138.291</i>	<i>134.014</i>	<i>116.926</i>
	<i>LETRAS FINANCEIRAS (LF)</i>	<i>15.328</i>	<i>14.925</i>	<i>13.607</i>	<i>12.571</i>
TOTAL		155.392	153.215	147.621	129.497

O quadro abaixo mostra o acompanhamento das Notas do Tesouro Nacional série B mantidas até o vencimento e informadas à Previc conforme Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014:

Ativo	Vencimento	Custo	Mercado
NTN-B	15/05/17	7.370	7.350
	15/08/20	2.980	3.031
	15/08/20	7.450	7.360
	15/08/22	2.974	3.029
	15/08/22	9.881	9.683
	15/08/24	34.387	33.654
	15/08/30	8.166	8.074
	15/08/30	14.583	14.443
	15/05/35	18.914	18.553
	15/08/40	749	749
	15/08/40	10.133	10.107
	15/05/45	7.752	7.647
	15/08/50	14.725	14.611
TOTAL		140.064	138.291



III. Títulos e Valores Mobiliários por Vencimento

Plano BD	Vencimento				Total	
	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/16	31/12/15
Créditos Privados e Depósitos	-	-	416	-	416	511
Cias Abertas - Debêntures não Conversíveis	-	-	416	-	416	284
Patrocinadores - Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	-	227
Fundos de Investimento	56	21.146	86.924	129.311	237.438	230.291
<i>Fundos Exclusivos</i>	56	20.501	85.093	128.100	233.751	230.115
Notas do Tesouro Nacional - série B	-	7.369	44.171	128.100	179.640	173.532
Letras Financeiras do Tesouro	-	2	8.052	-	8.054	3.843
Letras Financeiras	-	43	32.870	-	32.913	31.667
Letras do Tesouro Nacional	-	12.984	-	-	12.984	11.221
Certificados de Depósitos Bancários	-	4	-	-	4	9.283
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	4	-	-	4	-
Debêntures	-	-	-	-	-	342
Termo	-	10	-	-	10	-
Operações Compromissadas	-	84	-	-	84	-
Fundos de Investimento - FIDC	63	-	-	-	63	232
Contas a pagar/receber	(6)	-	-	-	(6)	(5)
<i>Fundos Abertos</i>	-	645	1.831	1.212	3.687	176
TOTAL	56	21.146	87.341	129.311	237.854	230.802



Plano Pai Descrição	Vencimento				Total	
	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/16	31/12/15
Créditos Privados e Depósitos	-	-	78.377	-	78.377	65.034
Letras Financeiras	-	-	78.377	-	78.377	63.942
Patrocinadores - Debêntures não Conversíveis	-	-	-	-	-	1.092
Fundos de Investimento	124.430	568.994	1.162.391	371.733	2.227.548	1.982.135
<i>Fundos Exclusivos</i>	11.486	568.994	1.162.391	371.733	2.114.604	1.905.803
Letras Financeiras	-	342.762	308.300	10.591	661.653	738.170
Operações Compromissadas	-	106.741	116.964	311.261	534.966	566.392
Letras do Tesouro Nacional	-	54.403	93.655	-	148.057	151.037
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.204	536.338	39.020	583.561	337.829
Termo	-	38.120	-	-	38.120	28.856
Certificados de Depósitos Bancários	-	3.883	1.635	-	5.518	25.064
Debêntures	-	542	88.838	222	89.601	28.622
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	15.955	9.662	25.617	14.997
Fundos de Investimentos - FIDC	11.575	-	-	-	11.575	11.189
DPGE	-	-	-	-	-	3.671
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	14.339	708	978	16.025	-
Opções	-	-	-	-	-	1
<i>Fundos Abertos</i>	52.957	-	-	-	52.957	38.309
<i>Fundos Estruturados</i>	7.003	-	-	-	7.003	-
<i>Fundos de Investimento em Ações</i>	52.984	-	-	-	52.984	38.023
Empréstimos e Financiamentos	-	1.596	4.133	-	5.729	6.051
TOTAL 124.430	124.430	570.590	1.244.901	371.733	2.311.654	2.053.220





IV. Renda Fixa

Descrição			31/12/16	31/12/15
	Plano BD	Plano PAI	Total	
Créditos Privados e Depósitos	416	78.377	78.793	58.690
Patrocinadoras - Debêntures Conversíveis	-	-	-	1.319
Cias Abertas - Debêntures não Conversíveis	416	78.377	78.793	64.226
Fundos de Investimento	237.438	2.174.564	2.412.002	2012.442
<i>Fundos Exclusivos</i>	<i>233.751</i>	<i>2.114.604</i>	<i>2.348.355</i>	<i>2.139.038</i>
Nashira Prev. Multimercado FI	209	774.117	774.326	911.798
FI RF Crédito Privado Itaúsa Industrial	-	782.644	782.644	690.056
Cartagena Prev. Multimercado FI	233.542	-	233.542	230.115
Star FI Multimercado Crédito Privado	-	397.569	397.569	172.709
NewPort News WAM FI Multimercado	-	160.274	160.274	134.360
<i>Fundos Abertos</i>	<i>3.687</i>	<i>59.960</i>	<i>63.647</i>	<i>35.365</i>
Bradesco FI Renda Fixa IMA-B	-	52.957	52.957	35.365
Alocação Dinâmica I	2.043	-	2.043	-
Alocação Dinâmica II	1.644	-	1.644	-
Kinea Macro Chronos	-	3.520	3.520	-
Safra Galileo	-	3.483	3.483	-
TOTAL	237.854	2.252.941	2.490.795	2.071.132



V. Renda Variável

Descrição	Plano PAI	
	31/12/16	31/12/15
Fundos de Ações		
BTG Absoluto Institucional FIA	-	29.498
Itaú Vértice Ibovespa Index	22.857	-
Itaú Institucional Ações Phoenix FI	17.116	-
AZ Quest Ações FIA	4.937	-
JGP Explorer Institucional FIA	4.305	-
Ibiuna Equities FICF	3.769	-
Itaú Personalité Momento 30 Ações	-	7.170
Itaú Personalité Momento Ações	-	1.355
TOTAL	52.984	38.023

c. Depósitos Judiciais/ Recursais

Referem-se aos depósitos judiciais de PIS, IPTU, IPMF e CPMF. Abaixo, a posição dos depósitos judiciais:

Descrição	Depósito		Juros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
PIS EC 10/96	149	149	596	535	745	684
PIS EC 17/97	489	489	1.900	1.733	2.389	2.222
IPTU	190	190	112	94	302	284
IPMF	18	18	14	14	32	32
CPMF	237	237	810	725	1.047	962
TOTAL	1.083	1.083	3.432	3.101	4.515	4.184



NOTA 6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

a. Gestão Previdencial e Administrativa

Corresponde à provisão de imposto de renda retido sobre os pagamentos de benefícios concedidos e contas a pagar dos gastos operacionais da Fundação.

b. Investimentos

Corresponde ao IOF a recolher retido das operações com participantes e as provisões de reembolso entre Planos, proveniente da transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são avaliadas de acordo com as determinações contidas na NPC nº 22, do IBRACON. Tanto as contingências ativas como as passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, com base na opinião de seus consultores jurídicos. No caso das contingências ativas, as mesmas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar com razoável segurança.





a. Plano BD

Referem-se às provisões e depósitos judiciais de IPMF, IRRF, PIS e IPTU. Abaixo a posição das provisões contingenciais:

Descrição	Provisão		Juros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisões s/ Depósito Judicial	253	253	195	162	448	415
IRRF	253	253	195	162	448	415
Provisões c/ Depósito Judicial	842	842	2.727	2.380	3.569	3.222
PIS EC 10/96	149	149	596	535	745	684
PIS EC 17/97	489	489	1.900	1.733	2.389	2.222
IPTU	186	186	217	98	403	284
IPMF	18	18	14	14	32	32
TOTAL	1.095	1.095	2.922	2.542	4.017	3.637

NOTA 8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a. As provisões matemáticas foram calculadas pelos atuários da empresa Willis Towers Watson (atual denominação da Towers Watson Consultoria Ltda.), cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando as características peculiares do Estatuto Social e Regulamentos dos Planos de benefícios, e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.



I. Provisões matemáticas de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do Plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

II. Provisões matemáticas de benefícios a conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas

Descrição	2016			2015		
	Plano BD	Plano PAI	Total	Plano BD	Plano PAI	Total
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	145.557	344.225	489.782	134.338	270.525	404.863
Saldo de Contas dos Assistidos	-	344.225	344.225	-	270.525	270.525
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	143.945	-	143.945	132.740	-	132.740
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	1.612	-	1.612	1.598	-	1.598
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	21.680	1.286.937	1.308.617	19.447	1.193.345	1.212.792
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Inst.	-	769.872	769.872	-	722.226	722.226
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	517.065	517.065	-	471.119	471.119
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	21.593	-	21.593	19.369	-	19.369
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	87	-	87	78	-	78
Total do Exigível Atuarial	167.237	1.631.162	1.798.399	153.785	1.463.870	1.617.655



c. Premissas e Hipóteses Atuariais

I. Plano BD

	2016	2015
Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	4,33%	4,63%
Projeção do Crescimento Real de Salário	2,27%	2,27%
Projeção do Crescimento Real do Benefício do INSS	0%	0%
Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua Entrada em Invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Tábua de Rotatividade	Experiência Willis Towers Watson Modificada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo.

² RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.





CÁLCULO DA TAXA REAL ANUAL DE JUROS PARA O EXERCÍCIO DE 2016

A taxa real anual de juros de 4,33% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e Portaria Previc nº 708, de 25/12/2015.

De acordo com a referida metodologia, a *Duration* do Passivo do Plano BD resultou em 9,33 anos (9,21 anos em 2015).

II. Plano PAI

Para esse Plano, as hipóteses atuariais não são aplicáveis, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável é composto por contribuições do participante e das patrocinadoras, acrescidas dos rendimentos financeiros.

NOTA 9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2016	2015	Varição
Plano BD	37.761	51.994	(14.233)
Reserva de Contingência	32.327	30.296	2.031
Reserva Especial para Revisão de Plano	5.434	21.698	(16.264)

a. Reserva de Contingência

O resultado superavitário do Plano de Benefício (Plano BD) obtido em 2016 e destinado à constituição de reserva de contingência representa 19,33% da totalidade das Reservas Matemáticas do referido Plano. Este percentual é formado pela *Duration* do Passivo de 2016 (9,33%), adicionado o limite de 10%, conforme Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.





b. Reserva Especial para Revisão de Plano

Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes formaram a Reserva Especial para Revisão de Plano, de acordo com a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

NOTA 10 – FUNDOS

Descrição	2016	2015	Constituição/Reversão
Fundos Previdenciais	709.277	610.681	98.596
Plano BD	32.567	24.803	7.764
Plano PAI	676.710	585.878	90.832
Fundos Administrativos	2.522	2.483	39
Plano BD	188	158	30
Plano PAI	2.334	2.325	9
TOTAL FUNDOS	711.799	613.164	98.635

a. Fundos Previdenciais

PLANO BD

- I. Constituído em 2010 para atendimento ao disposto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com a finalidade de destinar parte da reserva especial para revisão do Plano, de acordo com a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A primeira destinação que distribuiu o Superávit dos anos de 2007/2008/2009 foi aprovada pela Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2013. A segunda destinação que distribuiu o Superávit acumulado nos anos de 2012/2013/2014 foi aprovada pela Portaria nº 306, de 04 de julho de 2016.





- II. O processo de destinação prevê a reversão de valores aos participantes e patrocinadores, sendo que os valores destinados aos participantes e patrocinadores foram definidos conforme estabelecido no art. 15 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- III. A proporção dos valores atribuíveis aos patrocinadores foi estabelecida na solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), com base nas provisões matemáticas equivalentes de cada patrocinador em 31/12/2014.
- IV. O valor atribuível a cada participante e assistido foi estabelecido pela proporcionalidade do benefício efetivo ou projetado em 31/12/2014, conforme a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), sendo que os critérios de pagamento e alocação para os participantes e assistidos estão previstos no Regulamento do Plano.
- V. O Fundo é rentabilizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do Plano.
- VI. Apresentamos a seguir a posição dos valores distribuídos e os pagamentos efetuados até 31/12/2016:

DESCRIÇÃO	Patrocinadoras	Participantes	Total Fundo
Saldo Inicial em 31.12.2015	21.401	3.402	24.803
(-) Pagamentos para Patrocinadoras ¹	(9.623)	-	(9.623)
(-) Pagamentos para Assistidos ¹	-	(1.290)	(1.290)
(-) Reversões ²	-	(179)	(179)
+ Constituição para distribuição futura ³	14.134	2.168	16.302
+/- Ajustes	152	-	152
+ Atualização	2.176	226	2.402
SALDO FINAL EM 31/12/2016	28.240	4.327	32.567

¹ A distribuição foi iniciada no mês de jul/2016, conforme Portaria nº 306, de 04/07/2016, publicada no D.O.U. de 05/07/2016.

² Refere-se ao valor dos participantes Ativos que é transferido mensalmente para Reserva de Benefícios a Conceder.

³ Valor disponível para distribuição futura cujo processo será encaminhado à Previc para aprovação.





PLANO PAI

- I. Corresponde aos valores dos saldos das contas das patrocinadoras não utilizado pelos participantes em função de sua opção no momento do desligamento do Plano. Esses valores podem ser utilizados para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras para o Plano de forma solidária, à exceção da Fundação Itaúsa Industrial, conforme previsto no convênio de adesão firmado entre estas e o Plano. Abaixo a composição do Fundo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	Fundação Itaúsa Industrial	Demais Empresas	Total 2016	Fundação Itaúsa Industrial	Demais Empresas	Total 2015
Saldo Inicial	76	585.802	585.878	64	461.074	515.844
+ Constituições	-	12.719	12.719	-	10.576	10.576
(-) Reversões	(60)	(10.008)	(10.068)	(5)	(10.034)	(10.039)
Rendimento	6	88.175	88.181	10	69.487	69.497
SALDO FINAL	22	676.688	676.710	76	585.802	585.878

b. Fundo Administrativo

Destinado ao custeio das despesas com administração da gestão previdencial dos Planos de benefícios (Plano BD e Plano PAI) e de investimentos (Plano BD), é constituído com recursos das patrocinadoras (Plano BD e PAI) e dos participantes (Plano PAI).





NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

Podem ser consideradas Partes Relacionadas da Fundação Itaúsa Industrial: os Participantes; as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio do Convênio de Adesão para oferecimento dos Planos administrados pela Fundação aos seus funcionários e dirigentes; e seus administradores, que são membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial.

Em 31/12/2016, os Planos BD e PAI não possuíam em sua carteira Debêntures de suas Patrocinadoras.

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Perfis de Investimento

Foi aprovada pela Previc, através da Portaria nº 357, de 17 de julho de 2014, a alteração do regulamento do Plano PAI que traz no Capítulo IX a criação dos Perfis de Investimentos. Com isso, a Fundação Itaúsa Industrial passou a oferecer aos participantes e assistidos do Plano PAI as opções de perfis *Conservador*, *Moderado* e *Agressivo*.

O quadro abaixo demonstra as informações sobre os perfis em 31/12/2016:

Plano PAI - CNPB 20.010.017-38			
Perfil	Quantidade Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidade
Conservador	6.902	1.287.718	14,97%
Moderado	1.705	320.335	20,81%
Agressivo	333	23.109	26,01%
Total	8.940	1.631.162	15,69%

A posição acima reflete as Reservas Matemáticas do Plano PAI-CD, distribuídas por perfil de investimento.

b. Alteração Regulamentar do Plano PAI

Foram efetuadas alterações no Regulamento do Plano PAI em 2016, aprovadas pela Diretoria de Análise Técnica da Previc através da Portaria nº 553, de 24 de novembro de 2016, e publicada no D.O.U. nº 226 de 25 de novembro de 2016.

HENRI PENCHAS
Diretor Presidente
CPF 061.738.378-20

HERBERT DE SOUZA ANDRADE
Diretor Gerente
CPF 183.769.298-01

SALVADOR CARDOSO NETO
Contador – CRC 1SP 216.345/O-9
CPF 170.166.528-07

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- PARECER ATUARIAL - PLANO PAI-CD
- PARECER ATUARIAL - PLANO BD
- PARECER DO CONSELHO FISCAL
- PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO
- RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO CD
- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO BD
- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Itaúsa Industrial

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaúsa Industrial (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Fundação Itaúsa Industrial, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e demonstração das provisões técnicas dos Planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaúsa Industrial e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).





BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ☑ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ☑ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ☑ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ☑ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.





- ☑ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SPO00160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta

Contador CRC 1SP216397/O-5





PARECER ATUARIAL - PLANO PAI-CD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Elekeiroz S.A., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec. Com Serviços S.A., Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. e Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Itaúsa Industrial, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do Plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Itaúsa Industrial aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 533 publicada no D.O.U. de 25/11/2016.





I - ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2016
Participantes Ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		7.758
Idade Média (em anos)		40,7
Tempo de Serviço Médio (em anos)		13,5
Participantes em Aguardo de Benefício Proporcional ¹		
Número		544

Benefícios Concedidos		30/6/2016
Número de Aposentados Válidos		490
Número de Aposentados Inválidos		-
Número de Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo		34
Número de Pensionistas (grupos familiares)		-

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.





II - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Por ser o Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Para a apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício foi utilizado o seguinte regime financeiro e método atuarial:

- Regime Financeiro – Capitalização
- Método Atuarial – Capitalização Financeira

III - PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 2.310.205.592,37.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.





IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.631.161.676,94
Provisões Matemáticas	1.631.161.676,94
<i>Benefícios Concedidos</i>	344.224.816,33
Contribuição Definida	344.224.816,33
Saldo de Conta de Assistidos	344.224.816,33
<i>Benefícios a Conceder</i>	1.286.936.860,61
Contribuição Definida	1.286.936.860,61
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	769.872.458,04
Saldo de Contas – Parcela Participantes	517.064.402,57
Fundos	679.043.915,43
Fundo Previdencial	676.709.672,26
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	676.709.672,26
Fundo Administrativo	2.334.243,17





V - PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do Plano, estimadas em 1,52% da folha de salários dos participantes.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas para 2017 em valor equivalente a 0,96% da folha de salários de participantes serão custeadas observadas as regras estabelecidas no regulamento do Plano.

Participantes

Os participantes deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do Plano, estimadas em 1,53% da folha de salários.

Autopatrocinados

As contribuições dos participantes autopatrocinados, definidas no regulamento do Plano, foram estimadas em 0,54% da folha de salários dos participantes.

Tendo em vista a natureza do Plano e a vinculação, nesse tipo de Plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao Plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.





VI - CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o Plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

Marta Arruda Leal Pires

MIBA nº 676

Samantha Jimenez Redig

MIBA nº 2.120





PARECER ATUARIAL - PLANO BD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec.Com Serviços S.A. e Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação e pelas empresas, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido Plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade entre todas as empresas dos compromissos referentes aos benefícios oferecidos pelo Plano.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial encontra-se em extinção desde 30/09/2002.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 36 de 25/01/2013.





I - ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2016
Participantes Ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		80
Idade Média (em anos)		48,7
Tempo de Serviço Médio (em anos)		23,6
Participantes em Aguardo de Benefício Proporcional ¹		
Número		23

Benefícios Concedidos		30/09/2016
Número de Aposentados Válidos		
Idade Média (em anos)		75,1
Valor Médio do Benefício		R\$ 2.748
Número de Aposentados Inválidos		
Idade Média (em anos)		68,7
Valor Médio do Benefício		R\$ 341
Número de Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo		
Idade Média (em anos)		72,1
Valor Médio do Benefício		R\$ 1.593
Número de Pensionistas (grupos familiares)		
Idade Média (em anos)		0
Valor Médio do Benefício		0

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.





II - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação Itaúsa Industrial e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006, da Instrução nº 23 de 26/06/2015 e da Portaria Previc nº 186 de 28/04/2016.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa Real Anual de Juros	4,33% a.a.	4,63% a.a.
Projeção do Crescimento Real de Salário	2,27% a.a.	2,27% a.a.
Projeção do Crescimento Real do Benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%





Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 Modificada ²	RRB-1944 Modificada ²
Desligamento	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada
Elegibilidade ao INSS	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem
Composição Familiar		
Benefícios Concedidos		
Aposentados	Cônjuge Informado	Cônjuge Informado
Benefícios a Conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

² Desagravada em 70%.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam as redações vigentes da Resolução CGPC nº 18/2006, da Instrução nº 23 de 26/06/2015 e da Portaria Previc nº 186 de 28/04/2016, deve ser justificada pela Entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.





A Willis Towers Watson realizou em novembro de 2016 estudo de aderência da taxa de juros do Plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do Plano de 31/12/2015, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do Plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,38% a.a. e com intervalo de confiança de 100%, suporte para adoção da taxa real de juros de 4,33% a.a. para o Plano de benefícios. Essas taxas estão dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse Plano (limite inferior: 4,33% e limite superior: 6,59%).

De acordo com a resolução CGPC nº 26/2008, a taxa máxima de juros a ser utilizada em caso de destinação e utilização de superávit corresponde à taxa máxima de juros real anual (6,59% a.a.) reduzida em um ponto percentual (5,59% a.a.). A taxa adotada de 4,33% a.a. é inferior à taxa máxima permitida.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que a taxa real anual de juros de 4,33% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2016 por ser adequada às características da massa de participantes vinculados ao Plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de despesas.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do Plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em dezembro de 2016, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas das redações vigentes da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial real de 2,27% a.a.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.





A patrocinadora considera que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,27% a.a. reflete a sua expectativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com as respectivas políticas de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Objetivando identificar as hipóteses biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes dos Planos de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, foram realizados, no exercício de 2016, estudos de aderência das hipóteses de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos, rotatividade e idade de entrada em aposentadoria. Este estudo indicou a alteração da tábua de rotatividade e a manutenção das demais.





Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Regime de Capitalização e Método Agregado: Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço / BD-DX, Complementação de Aposentadoria Especial/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Idade / BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Invalidez/ BD-DX, Renda Mensal Vitalícia/ BD-DX, Prêmio por Aposentadoria/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/ BD-Itaúsa, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/ BD-Itautec, Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade, Auxílio Funeral/ BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/ BD-Itautec e Pecúlio por Morte/ BD-DX.

III - PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Fundação Itaúsa Industrial de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 237.752.628,78.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Itaúsa para a manutenção de títulos marcados na curva, o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do Plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de benefícios conforme determina a Resolução nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.





IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31/12/2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	204.997.636,96
Provisões Matemáticas	167.236.690,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	145.556.693,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	145.556.693,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	143.944.731,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.611.962,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	21.679.997,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	21.592.896,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	21.592.896,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	87.101,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	87.101,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00





	Valores em R\$
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	37.760.946,96
Resultados Realizados	37.760.946,96
Superávit Técnico Acumulado	37.760.946,96
Reserva de Contingência	32.326.852,18
Reserva Especial para Revisão de Plano	5.434.094,78
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	32.754.991,82
Fundos Previdenciais	32.566.642,17
Revisão cf. Processo Previc	23.158,05
Revisão Disponível para Distribuição 2014	16.241.199,12
Revisão Disponível para Distribuição 2016	16.302.285,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	188.349,65

No exercício de 2014, foram constituídos Fundos Previdenciais para destinação da Reserva Especial, que em 31/12/2014 montava a quantia de R\$ 20.100.821,33. A Fundação Itaúsa Industrial destinou, a título de revisão obrigatória, o valor da Reserva Especial de 2012 de R\$ 14.946.604,99, que em 31/12/2016 monta a R\$ 16.241.199,12. Os Fundos Previdenciais têm por finalidade a reversão do valor as patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido, na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008.





Nos exercícios de 2015 e 2016, o Plano também apresentou Reserva Especial.

Como em 2014 não foi distribuído o valor total da reserva especial, o Plano registrou, pelo terceiro ano consecutivo, montantes na rubrica de Reserva Especial para Revisão de Plano.

O valor da Reserva Especial restante em 2014, após a criação do Fundo de Revisão do Plano, e os valores apurados em 2015 e 2016 são respectivamente: R\$ 5.154.216,34, R\$ 21.698.427,30 e R\$ 21.736.379,78.

A Fundação Itaúsa Industrial decidiu destinar R\$ 16.302.285,00, sendo R\$ 5.154.216,34 a título de revisão obrigatória e R\$ 11.148.068,66 a título de revisão facultativa.

A destinação do superávit atende à Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, pois utiliza tábua biométrica AT-2000 suavizada em 10% e taxa real de juros de 4,33%, que é inferior à taxa máxima real de juros reduzida em um ponto percentual (5,59%).

A proporção para rateio do Fundo Previdencial entre participantes e patrocinadora será de 13,3% para os participantes e 86,7% para as patrocinadoras. Esta proporção leva em consideração as contribuições utilizadas para distribuição do fundo de revisão de Plano de 2009, tendo em vista que não ocorreram contribuições para o Plano após esta data.

O Fundo Previdencial 'Revisão de Plano - Patrocinadoras 2016' foi constituído com R\$ 14.134.081,10, que corresponde a 86,70% dos R\$ 16.302.285,00 e será atribuível às patrocinadoras do Plano de Benefício Definido. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora. A finalidade desse fundo é a cobertura parcial ou integral das contribuições normais da patrocinadora.

O Fundo Previdencial 'Revisão de Plano - Participantes 2016' foi constituído com R\$ 2.168.203,90, que corresponde a 13,3% dos R\$ 16.302.285,00 e será atribuível aos participantes e assistidos na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes existentes em 31/12/2016, considerando o benefício efetivo dos ativos e o pago aos assistidos em 31/12/2016. Os critérios para utilização deste fundo serão objeto de deliberação específica.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2017.





V - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$

Para o Plano de Benefício Definido, temos:

Duração do Plano em 2016	Provisões Matemáticas	Limite Máximo	Limite pela Fórmula	Menor Limite
9,33 anos	R\$167.236.690,00	25%	$10\% + (1\% \times 9,33) = 19,33\%$	19,33%

Uma vez que o limite de 19,33% calculado pela fórmula é menor que 25%, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a $19,33\% \times \text{R\$ } 167.236.690,00 = \text{R\$ } 32.326.852,18$.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

VI - AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o artigo nº 11 - A da Resolução CGPC nº 26/2008, em caso de destinação de superávit, o Ajuste de Precificação negativo será deduzido da reserva especial para fins de cálculo do montante a ser destinado.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O valor do Ajuste de Precificação informado pela Fundação Itaúsa é de R\$ 10.400.311,09. Uma vez que o Ajuste de Precificação é positivo, este não é aplicável na situação de destinação de superávit, conforme dispositivos da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.





VII - VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado para 31/12/2016 pelo método de recorrência.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	167.236.690,00	158.288.266,02	5,65%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>145.556.693,00</i>	<i>136.816.055,23</i>	<i>6,39%</i>
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	145.556.693,00	136.816.055,23	6,39%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>21.679.997,00</i>	<i>21.472.170,79</i>	<i>0,97%</i>
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	21.679.997,00	21.472.170,79	0,97%

As provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos aumentaram quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, devido a redução na taxa de juros de 4,63% a.a. em 2015 para 4,33% a.a. em 2016.

VIII - CUSTEIO DO PLANO

Tendo em vista a adoção do método agregado na avaliação dos benefícios oferecidos pelo Plano e a situação financeira favorável na data da avaliação, não recomendamos contribuição para o exercício de 2016.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas de 2017 em valor equivalente a 12,50% da folha de salários de participantes serão custeadas pelo retorno dos investimentos e pelo Fundo Administrativo, enquanto houver recursos neste.





IX - CONCLUSÃO

A redução do superávit no exercício de 2016 deve-se principalmente à redução na taxa de juros.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido, proveniente da unificação dos Planos de Benefícios BD-DX, BD-Itaúsa e BD-Itautec da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o Plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

Marta Arruda Leal Pires

MIBA nº 676

Samantha Redig

MIBA nº 2.120





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial, nos termos do art. 15, inciso I do Estatuto Social, após exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, os membros deste Conselho Fiscal, no desempenho de suas atribuições estatutárias, recomendam que sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 24 de março de 2017.

Presidente: Irineu Govêa

Conselheiros: Antonio Borges da Costa
Daniel Lopes Franco
João Batista Cardoso Sevilha
Ricardo Garcia de Souza
Victor Zavagli Junior





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o disposto no artigo 11, § 4º, alínea 'f', do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo analisou o seguinte parecer lavrado pelo Conselho Fiscal em livro próprio em reunião realizada em 24 de março de 2017.

Analisados o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Avaliação e Pareceres Atuarial e Fiscal, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, e a carta da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes emitida em 30/03/2017, o Conselho Deliberativo concluiu pela exatidão de todos os documentos examinados, que, corroborados com os termos da referida carta, ficam aprovados na íntegra.

São Paulo, 30 de março de 2017.

Presidente: Raul Penteado de Oliveira Neto

Vice-presidente: Marcos Antonio De Marchi

Conselheiros: Carlos Roberto Zanelato
Francisco Assis Guimarães
Hércules Pereira
Ivan Caetano Diniz de Mello





RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DOS ATIVOS POR CARTEIRA E SEGMENTO

Em milhares de reais

	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Total								
Carteira de Investimentos - Própria								
Segmento								
Renda Fixa	78.793	88,5%	78.377	93,2%	416	8,4%	-	-
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	5.729	6,4%	5.729	6,8%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais / Recursais	4.515	5,07%	-	-	4.515	91,6%	-	-
TOTAL - Carteira Própria	89.037	100,0%	84.106	100,0%	4.932	100,0%	0.000	0,00%
Carteira de Investimentos - Terceirizada								
Segmento								
Renda Fixa	2.404.999	97,6%	2.164.607	97,3%	237.229	100,0%	3.164	100,0%
Renda Variável	52.984	2,1%	52.984	2,4%	-	-	-	-
Estruturados	7.003	0,3%	7.003	0,3%	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Terceirizada	2.464.986	100,0%	2.224.594	100,0%	237.229	100,0%	3.164	0,0%





Em milhares de reais

	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Total								
Carteira de Investimentos - Total								
Segmento								
Renda Fixa	2.483.792	97,3%	2.242.984	97,2%	237.645	98,1%	3.164	100,0%
Renda Variável	52.984	2,1%	52.984	2,3%	-	-	-	-
Operações com Participantes	5.729	0,2%	5.729	0,2%	-	-	-	-
Estruturados	7.003	0,3%	7.003	0,3%				
Depósitos Judiciais / Recursais	4.515	0,2%	-	-	4.515	1,9%	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.554.024	100,0%	2.308.700	100,0%	242.161	100,0%	3.164	100,0%





COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS

Em milhares de reais

Carteira de Investimentos	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
		% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total
Títulos Públicos	1.598.535	62,7%	1.392.734	60,3%	204.350	86,0%	1.451	45,9%
LTN / NTN F	179.140	7,0%	164.027	7,1%	15.055	6,3%	59	1,9%
LFT	592.000	23,2%	583.534	25,3%	8.437	3,6%	29	0,9%
NTNB	250.583	9,8%	69.625	3,0%	180.866	76,1%	092	-
Caixa/Op Comp.	576.811	22,6%	575.548	24,9%	-008	0,0%	1.271	40,2%
Títulos Privados	845.426	33,2%	810.576	35,1%	33.293	14,0%	1.556	49,2%
CDB	21.208	0,8%	21.144	0,9%	000	0,0%	064	2,0%
LF	757.738	29,7%	723.434	31,3%	32.815	-	1.489	47,1%
Debênture	54.802	2,1%	54.386	2,4%	416	0,2%	00	0,0%
FIDC	11.678	0,5%	11.612	0,5%	062	0,0%	03	0,1%
Outros	39.833	1,6%	39.674	1,7%	002	0,0%	156	4,9%
Ações	52.984	2,1%	52.984	2,3%	-	-	-	-
Estruturados	7.003	0,3%	7.003	0,3%	-	-	-	-
Empréstimos	5.729	0,2%	5.729	0,2%	-	-	-	-
Consolidado	2.549.509	100,0%	2.308.700	100,0%	237.645	100,0%	3.164	100,0%





Em milhares de reais

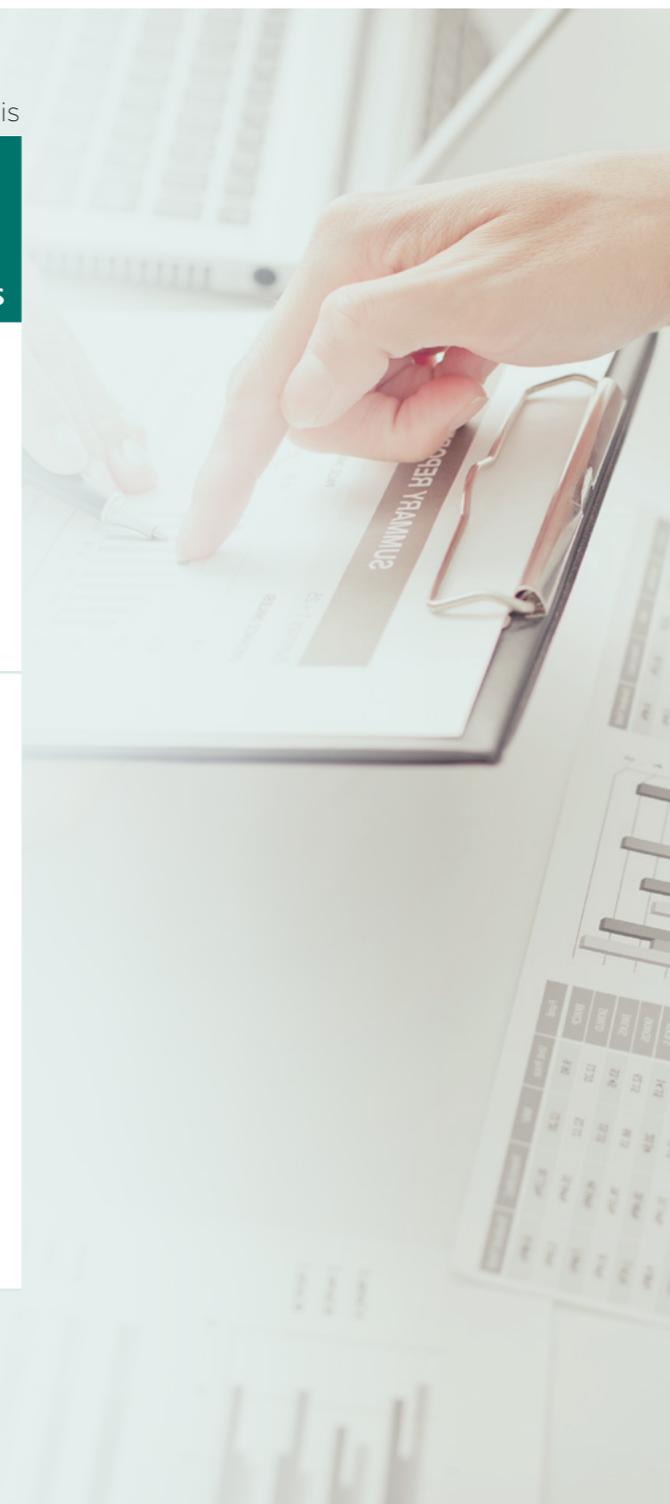
Carteira de Investimentos - Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Decomposição por Segmento/Fundos								
Renda Fixa	2.404.999		2.164.607		237.229		3.164	
Fundos de Investimentos								
Exclusivos								
13.482.677/0001-55 - Star FI Multimercado Crédito Privado	397.569	16,1%	397.569	17,87%	-	-	-	
10.366.827/0001-77 - Itaúsa Industrial FI Renda Fixa Crédito Privado	782.644	31,8%	782.644	35,18%	-	-	-	
03.618.274/0001-37 - Nashira FI Multimercado Previdenciário Crédito Privado	774.327	31,4%	771.163	34,67%	-	-	3.164	100,0%
19.941.929/0001-43 - Western Asset Newport News FI Multimercado	160.274	6,5%	160.274	7,20%	-	-	-	
05.575.512/0001-08 - Cartagena FI Multimercado Crédito Privado Previdenciário	233.542	9,5%	-	0,00%	233.542	98,4%	-	





Em milhares de reais

Carteira de Investimentos - Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Abertos								
08.702.798/0001-25 - Bradesco Institucional FICFI Renda Fixa IMA-B	52.957	2,1%	52.957	2,38%	-	-	-	-
21.838.15/00001-49 - IT INST ALOC DIN FIC	2.043	0,1%	-	-	2.043	0,9%	-	-
25.306.7030001-73 - IT INST AL DIN II RF	1.644	0,1%	-	-	1.644	0,7%	-	-
Renda Variável	52.984		52.984					
Fundos de Investimentos								
Abertos								
13.401.715/0001-06 - Ibiuna Equities FICF	3.769	0,2%	3.769	0,17%	-	-	-	-
23.731.629/0001-07 - IT INST A Phoenix FI	17.117	0,7%	17.117	0,77%	-	-	-	-
07.279.657/0001-89 - Quest Acoes FIA	4.937	0,2%	4.937	0,22%	-	-	-	-
17.412.528/0001-70 - IT IBOV Index FICFIA	22.857	0,9%	22.857	1,03%	-	-	-	-
14.099.093/0001-68 - JGP Explorer INS FIA	4.305	0,2%	4.305	0,19%	-	-	-	-





Em milhares de reais

Carteira de Investimentos - Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Estruturados	7.003		7.003		-		-	
Fundos de Investimentos								
Abertos								
10.347.249/0001-21 - Safrá Galileo FIM	3.483	0,1%	3.483	0,16%	-	-	-	
21.624.757/0001-26 - Kinea Macro Chronos	3.520	0,1%	3.520	0,16%	-	-	-	
TOTAL	2.464.986	100,0%	2.224.594	100,0%	237.229	100,0%	3.164	100,0%





QUADRO COMPARATIVO DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X RESOLUÇÃO CMN 3.792

Segmento	Limites Máximos	Conservador	Limites Máximos	Moderado	Limites Máximos	Agressivo	Limites Máximos
	Resolução CMN 3.792/2009	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	99,71%	100%	83,98%	87,5%	73,57%	75%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	0%	13,99%	17,5%	23,70%	35%
Operações com Participantes	Até 15%	0,29%	3%	0,00%	0%	0,00%	0%
Investimentos Estruturados	Até 20%	0,00%	0%	2,03%	5%	2,73%	10%

Não foram observados desenquadramentos em relação à Política de Investimentos e à Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009.

Segmento	Limites Máximos	Conservador	Limites Máximos	Moderado	Limites Máximos
	Resolução CMN 3.792/2009	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	100,00%	Até 100%	100%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	0%	0%	0%
Operações com Participantes	Até 15%	0,00%	Até 1%	0%	0%





DESPESAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO

Em milhares de reais

Despesas Administrativas por Tipo	
	2016
Pessoal e Encargos	2.298
Sistemas de Informações	726
Tributos	619
Comunicação/Educação Previdenciária	322
Taxa de Custódia	319
Infraestrutura	307
Serviços Financeiros	180
Avaliação Atuarial	131
Contribuições às associações de classe	93
Honorários Advocáticos	52
Consultorias	51
Rateio de Custos Comuns	34
Despesas de Expediente	11
Outras Despesas	29
TOTAL	5.172
Despesas que não transitam pelo resultado	
Taxa de administração e custódia	1.660
Taxas ANBIMA/CETIP/CVM/SELIC/BM&F	654
Corretagens e outras despesas	45
Taxa Gestão/Performance	512

Despesas Administrativas por Plano / Gestão		
	2015	2016
Gestão Previdencial		
Plano PAI-CD	2.546	2.823
Plano BD	391	348
TOTAL	2.937	3.171
Gestão dos Investimentos		
Plano PAI-CD	1.633	1.829
Plano BD	138	172
TOTAL	1.771	2.001
TOTAL Despesas Administrativas		
Plano PAI-CD	4.179	4.652
Plano BD	529	520
TOTAL	4.708	5.172
Indicadores de Desempenho		
Despesas Administrativas	4.708	5.172
Investimentos	2.284.022	2.549.508
% Despesas Administrativas / Investimentos (a.a.)	0,21%	0,20%

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ou ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TÉCNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ):

Nome: Walter José Trimboli

CPF: 712.070.318-87

Telefone: (11) 4596-8858 / e-mail: trimboli@elekeiroz.com.br





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO CD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar		FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício		2016
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia		-
4. Plano de Benefício		Plano de Aposentadoria Individual
5. Índice de Referência do Plano	Indexador - IPCA	Taxa de Juros - 4,50% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.1. Renda Fixa		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.2. Renda Variável		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.3. Imóveis		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.4. Financiamentos		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes		(<input checked="" type="checkbox"/>) Meio Eletrônico (<input type="checkbox"/>) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

8.1. Conservador - Margem de Alocação

Alocação dos Recursos	8.1. Conservador - Margem de Alocação			9.1. Conservador - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	97,0	100,0	99,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	0,0	0,0	0,0	
Investimentos Estruturados	0,0	0,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	0,0	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	3,0	1,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	

8.2. Moderado - Margem de Alocação

Alocação dos Recursos	8.2. Moderado - Margem de Alocação			9.2. Moderado - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	75,0	87,5	85,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	12,5	17,5	15,0	
Investimentos Estruturados	0,0	5,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	2,50	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	

8.3. Agressivo - Margem de Alocação

Alocação dos Recursos	8.3. Agressivo - Margem de Alocação			9.3. Agressivo - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	50,0	75,0	70,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	25,0	35,0	30,0	
Investimentos Estruturados	0,0	10,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	5,00	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	





10. OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2014 houve implementação de Perfis de Investimentos, permitindo aos participantes escolher dentre 3 carteiras com relação risco/retorno esperado distintas. As alocações objetivo foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentações táticas de acordo com as condições de mercado, mas obedecendo as faixas de alocação permitidas para cada perfil. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do Plano a buscar uma nova alocação alvo dentro dos limites de alocação de cada segmento e cada perfil.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Serão elegíveis os gestores de investimento que reconhecidamente operem em um ambiente de excelência em governança e controle de risco, e que ofereçam custos competitivos de acordo com os padrões do mercado. Para tal, a Entidade deverá seguir os procedimentos abaixo relacionados:

- Deverá ser feita uma prospecção no mercado sobre os gestores em questão.
- Realização de Due Diligence.
- Se reunir com a equipe de gestão para entender seus processos, conhecer seus perfis e demais aspectos pertinentes à organização, oportunidade em que poderá ser visitado o local da gestão para conhecer a estrutura física, bem como os demais participantes da equipe.
- Elaborar um relatório final e submeter à Diretoria Executiva para aprovação.

Como condição de elegibilidade dos gestores de investimento, somente serão aceitos fundos que se proponham a disponibilizar a composição da carteira atualizada em período pré-acordado e/ou a qualquer momento quando solicitado pela Entidade. Todo o processo de seleção quantitativo deverá ser sempre claro e auditável, para isso é necessário que seja utilizado ferramental adequado e que se mantenha o histórico documental do processo. Além dos critérios de “Tracking Error”, “Information Ratio” e “Índice de Sucesso”, é recomendado que os fundos de gestão ativa selecionados sejam avaliados em relação a sua rentabilidade e volatilidade. As avaliações quantitativas utilizarão dados de, no mínimo, 12 meses.





Restrições:

- ☑ Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio líquido menor do que R\$ 50 milhões.
- ☑ Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam histórico de cotas com periodicidade menor de 12 meses.
- ☑ O valor investido em fundos condominiais não deverá representar mais do que 20% do patrimônio líquido desse.
- ☑ Serão elegíveis apenas os gestores que deem acesso detalhado à composição de sua carteira para fins de cálculo de risco e enquadramento sempre que necessário. Exceções às restrições listadas poderão ser analisadas pela Diretoria Executiva. No entanto, deverão ser justificadas e arquivadas junto ao histórico documental do processo.

12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Diretor

São Paulo, Março de 2017





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO BD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar		Fundação Itaúsa Industrial
2. Exercício :		2016
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia		-
4. Plano de Benefício		Plano de Benefício Definido
5. Índice de Referência do Plano	Indexador - INPC	Taxa de Juros - 4,63% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Penteadó de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.1. Renda Fixa		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Penteadó de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.2. Renda Variável		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Penteadó de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.3. Imóveis		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Penteadó de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.4. Financiamentos		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Penteadó de Castro (a partir de 29/04/2016)"
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes		(<input checked="" type="checkbox"/>) Meio Eletrônico (<input type="checkbox"/>) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

8. Margem de Alocação

Alocação dos Recursos	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	9. Diversificação
Renda Fixa	99	100	100	
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	Limites da Resolução 3792/2009
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	1	0	
Imóveis	0	0	0	

10. OBJETIVOS DA GESTÃO

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação da taxa INPC + 4,75% a.a., meta atuarial do Plano. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento, ou com base na estratégia de gestão definida para o horizonte de tempo vigente nesta política. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar os benchmarks definidos para o Plano. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do Plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são:





Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Diretor

São Paulo, Março de 2017





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO PGA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar		Fundação Itaúsa Industrial
2. Exercício		2016
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembléia		-
4. Plano de Benefício		Plano de Gestão Administrativa
5. Índice de Referência do Plano	Indexador - INPC	CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.1. Renda Fixa		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.2. Renda Variável		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.3. Imóveis		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
6.4. Financiamentos		"Flavio Marassi Donatelli (até 28/04/2016) Alvaro Pentead de Castro (a partir de 29/04/2016)"
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes		(<input checked="" type="checkbox"/>) Meio Eletrônico (<input type="checkbox"/>) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

8. Margem de Alocação

Alocação dos Recursos	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	9. Diversificação
Renda Fixa	100	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	
Imóveis	0	0	0	

10. OBJETIVOS DA GESTÃO

Os recursos dos Planos de benefícios administrados pela Entidade destinados a cobertura das despesas administrativas devem ser alocados em um fundo administrativo, que será feita de forma segregada (por Plano) com uma parcela destinada às despesas específicas que competem a cada Plano. A Fundação Itaúsa Industrial acompanhará o desempenho dos investimentos e poderá realizar estudos de otimização visando à obtenção das metas de longo prazo.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise Legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.





12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Diretor

São Paulo, Março de 2017

